

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Período de Análise: 01 a 30 de Abril de 2008.

Área Temática: Política de crédito

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Índice

Mais de 500 mil agricultores aderem ao Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA – 01/04/2008.....	3
STEPHANES: DIA 10 É DATA-LIMITE PARA FECHAR RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/04/2008	4
Novas regras simplificam Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA - 02/04/2008.....	4
Financiador do campo, BB agora quer criar raízes - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/04/2008	6
Agricultura familiar tem novas regras – Valor Econômico – Agronegócios - 02/04/2008	7
Agronegócio será financiado pelo Banco do Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 03/04/2008.....	7
Governo cede para pavimentar rolagem - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócio - 03/04/2008.....	8
Governo diz que chegou 'ao limite' em oferta para renegociar dívidas - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 04/04/2008.....	9
Garantia-Safra contra perdas em enchentes – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008. 10	
Encontro discute ações para crédito rural do Pronaf no NE – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008.....	11

Segunda Quinzena

FETRAF-SUL E COOPERHAF ENTREGAM PAUTA E COBRAM DA CEF CUMPRIMENTO DO ACORDO PARA LIBERAR RECURSOS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 16/04/2008.....	18
Renegociação vai custar R\$ 10 bilhões ao Tesouro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/04/2008	19
Dívidas rurais do Norte e Nordeste serão definidas nesta semana – Sítio Eletrônico da CNA - 18/04/2008	20
CMN pode antecipar medidas de renegociação das dívidas de custeio e investimento – Sítio Eletrônico da CNA - 23/04/2008	21
IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetrafsul - 23 de abril de 2008	21
CNA: novo prazo para custeio e investimento dá fôlego ao produtor - Sítio Eletrônico da CNA - 24/04/2008	25
Quase tudo certo para a rolagem das dívidas – Valor Econômico – Agronegócios - 24/04/2008.....	25
Pontos de Negtocição – Sítio Eletronico da CNA – 25/04/2008	26
Planalto prorroga o pagamento de dívidas de produtores rurais – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/04/2008	28

Mais de 500 mil agricultores aderem ao Garantia-Safra – Sítio Eletrônico do MDA – 01/04/2008

Mais de 500 mil agricultores familiares do Semi-árido já aderiram ao Programa Garantia-Safra neste ano de 2008. O dado foi divulgado pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA) e não inclui os estados de Sergipe, Alagoas e parte da Bahia, cujos números ainda não foram consolidados. Segundo o coordenador do Programa, José Arnaldo Brito, o total de agricultores participantes até o momento corresponde a quase 70% da meta estabelecida pelo Programa Territórios da Cidadania para este ano de 2008.

Isso porque, com os recursos orçamentários destinados pelo novo Programa do Governo Federal, foi possível aumentar a meta do Garantia-Safra de 450 mil para mais de 650 mil agricultores familiares. Ou seja, os R\$ 25 milhões a mais em recursos do Territórios da Cidadania para o seguro do Semi-Árido, garantiram a ampliação em mais de 200 mil a meta de agricultores familiares a serem atendidos pelo Programa Garantia-Safra.

Para o coordenador do Programa, os dados são animadores e apontam para o cumprimento da meta estabelecida, sobretudo porque ainda faltam consolidar os dados de três estados. “Mais do que números, este resultado significa que o Semi-árido brasileiro começa a ter uma política pública cada vez mais consolidada de convivência com a realidade regional, no que diz respeito a uma forma específica de seguro para a estiagem”, avalia Brito.

Garantia-Safra - O Programa Garantia-Safra é um seguro de renda para os agricultores familiares que vivem em municípios do Semi-árido onde é registrada perda de pelo menos 50% da produção esperada por causa da seca. A ação faz parte de um conjunto de estratégias que visa melhorar a convivência com o problema da seca na região do Semi-árido como um fenômeno climático capaz de envolver forte repercussão social e econômica.

Os agricultores precisam aderir ao programa para receber o benefício no valor de R\$ 550, pagos em cinco parcelas de R\$ 110. Para participar do Garantia-Safra é preciso ser agricultor familiar nos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ter renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio e cultivar área não irrigada entre 0,6 e 10 hectares das culturas cobertas pelo seguro: arroz, algodão, feijão, mandioca e milho.

Fundo Garantia-Safra - Os recursos para o seguro provêm de um Fundo comum, constituído por municípios, estados, União e os próprios agricultores. Entretanto, só são beneficiários os estados, municípios e agricultores que, antes da safra, optaram por aderir ao Programa.

De acordo com as regras, cada ente que compõe o Fundo Garantia-Safra deposita um valor correspondente, por agricultor familiar participante. O Governo Federal deposita R\$ 110,00, os governos dos estados que aderiram depositam R\$ 33,00 e as prefeituras municipais depositam R\$ 16,50.

Depois de selecionado pelo Programa, o agricultor familiar também participa da composição do Fundo, recolhendo o valor de R\$ 5,50, por meio de um boleto bancário, emitido pelas Prefeituras Municipais, pago nas agências da Caixa Econômica Federal ou correspondentes bancários.

STEPHANES: DIA 10 É DATA-LIMITE PARA FECHAR RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA RURAL – Sítio Eletrônico do MAPA – 02/04/2008

Brasília – (02.4.2008) – O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, disse, há pouco, que a próxima quinta-feira (10), é a data-limite para a definição da proposta final para a renegociação da dívida agrícola. O ministro ressaltou ainda que durante o processo todos os setores estão sendo ouvidos e que já houve um avanço importante nas negociações.

Pela manhã, Stephanes se reuniu com parlamentares das comissões de Agricultura da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy. Na próxima terça-feira (8), uma nova reunião será realizada para acertar os últimos detalhes da proposta final da renegociação da dívida. *(Da Redação)*

Novas regras simplificam Pronaf – Sítio Eletrônico do MDA - 02/04/2008

Agricultores familiares de todo o País passam a contar, a partir de 1º de julho, com a simplificação das normas para a obtenção de crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). A solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) junto ao Conselho Monetário Nacional (CMN) foi resultado das demandas de movimentos sociais dos agricultores familiares, de extensionistas rurais e dos agentes financeiros em tornar as normas mais simples.

“A simplificação do Pronaf atende as expectativas dos agricultores familiares e promoverá maior produção no meio rural brasileiro. Os juros ficam mais baixos e os limites de crédito, ampliados. Com isto, os agricultores terão um crédito mais ágil, moderno e adequado às suas necessidades”, destaca o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel.

A medida, publicada na última terça-feira (1º) no Diário Oficial da União (DOU), traz entre as mudanças a extinção dos grupos C, D e E do Pronaf, constituindo uma única categoria intitulada Agricultura Familiar. As taxas de juros serão reduzidas. Para os financiamentos de custeio, as taxas ficarão entre 1,5% e 5,5% ao ano (hoje, variam entre

3% e 5,5% para esses grupos que estão sendo extintos). Já as operações de investimento terão juros entre 1% e 5% anuais, enquanto atualmente variam entre 2% e 5,5% ao ano.

Para o secretário da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, com a simplificação do Pronaf, os agricultores familiares poderão solicitar o crédito rural de acordo com a sua necessidade. “As taxas de juros serão definidas pelo valor financiado e, com isso, o critério da equidade do Programa será mantido”, ressalta.

Os grupos A (crédito para a reforma agrária) e B (microcrédito rural) não serão alterados, permanecendo como funcionam atualmente. As linhas especiais (como Pronaf Floresta e Pronaf Jovem, entre outras) continuam a existir, mantendo os enfoques sociais e ambientais do Programa e as mesmas taxas de juros e limites de financiamento das linhas normais.

Para essas linhas especiais do Pronaf, passa a valer a queda nas taxas de juros prevista para 1º de julho. Alguns exemplos dessa queda nas linhas especiais: Pronaf Agroecologia, Pronaf Mulher, Pronaf Floresta e Pronaf Agroindústria, que passarão a ter taxas entre 1% e 2% ao ano, enquanto hoje elas variam entre 2% e 5,5% anuais.

Como ficaram os juros

Para contratos de Custeio:

Financiamento - Taxa de juros/ano

Até R\$ 5 mil - 1,5%

De R\$ 5 mil a R\$ 10 mil - 3%

De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil - 4,5%

De R\$ 20 mil a 30 mil - 5,5%

Para contratos de Investimento:

Financiamento - Taxa de juros/ano

Até R\$ 7 mil - 1%

De R\$ 7 mil a R\$ 18 mil - 2%

De R\$ 18 mil a R\$ 28 mil - 4%

De R\$ 28 mil a R\$ 36 mil - 5,5%

O que é o Pronaf

Em 2006, foi sancionada a Lei 11.326/06 reconhece a agricultura familiar como segmento produtivo e representa um novo marco para as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento rural, desde a fase de elaboração até a implementação, execução e gestão de recursos.

Com a lei, a importância da categoria da Agricultura Familiar fica reconhecida por meio de políticas públicas permanentes seja de crédito, assistência técnica, comercialização, entre outros. É aí que está inserido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, apenas como uma linha de crédito de custeio e que, com os anos, passou por grandes mudanças e ampliou seus instrumentos de atuação. Ao longo de 13 anos, passou de 150 mil contratos e R\$ 350

milhões emprestados a agricultores familiares para mais de 2,0 milhões de operações e R\$ 8,5 bilhões aplicados (dados da safra 2006/2007).

Em mais de uma década, o agricultor e a agricultora familiar, os quilombolas, os assentados da reforma agrária, os pescadores artesanais e aqüicultores, os extrativistas, os silvicultores, os ribeirinhos e os indígenas utilizaram aproximadamente R\$ 40 bilhões em crédito Pronaf, beneficiando cerca de 2,6 milhões de agricultores.

Financiador do campo, BB agora quer criar raízes - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 02/04/2008

Principal financiador do setor rural no país, o Banco do Brasil prepara alterações importantes em sua atuação nessa frente. A principal novidade é a participação da instituição no capital de "boas empresas" do agronegócio.

O BB avalia realizar operações de risco compartilhado com pessoas jurídicas, agentes financeiros e fundos de investimento. "Isso poderá ocorrer via crédito, fundos de private equity [dedicados à compra de participação em empresas] ou mesmo por meio da participação direta no capital de boas empresas que são analisadas pelo banco", afirmou José Carlos Vaz, diretor de Agronegócio do BB, ao Valor.

O banco, cuja carteira agrícola representa um terço de suas operações de crédito, tem acompanhado o interesse de grandes produtores em criar empresas, sobretudo em Mato Grosso. Muitos deles planejam abrir capital para captar recursos de fundos privados ou investidores diretos por meio de private equity. "É um movimento conjugado com o crescente interesse de investidores pelo agronegócio brasileiro. Por isso, planejamos atuar nesse mercado", disse Vaz.

O objetivo, segundo ele, é ampliar as fontes de financiamento e reduzir o custo do dinheiro aos produtores. "Os investidores precisam de avaliação de riscos, estruturação e intermediação, e até participação nos riscos das operações".

Esses investidores, segundo Vaz, podem ser fundos de investimento em novas empresas do setor. O banco está de olho em grupos como o Vanguarda, dono de 220 mil hectares e 180 mil cabeças de gado na região de Nova Mutum (MT). O produtor Otaviano Pivetta negocia com bancos de investimento a participação no capital do Vanguarda, que faturou R\$ 365 milhões em 2007.

"É uma tendência natural dos bancos e dos produtores", avalia Pivetta. Outro grande produtor em Mato Grosso, o goiano Orcival Guimarães, dono de 32 mil hectares de soja, milho e algodão e 86 mil cabeças de gado na região de Lucas do Rio Verde e Sorriso, segue a mesma trilha. "Estamos testando uma empresa. Temos idéia de ter algo mais profissional para baixar custo do dinheiro. Já tivemos conversas com Credit Suisse e UBS Pactual, mas ainda são preliminares".

Na renovada estratégia do BB, estão ainda medidas como garantias parciais na emissão de Cédulas do Produto Rural (CPRs), usadas para levantar recursos de custeio das safras, ou de Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio (CDCAs), emitidos por cooperativas e agroindústrias. Nesses casos, o banco estuda fazer a análise de risco e consistência dos títulos, para tentar atrair investidores.

"Esse pode ser um caminho [compartilhamento de risco] para o banco, que já corre riscos sozinho em sua carteira de crédito rural", diz o diretor José Carlos Vaz. O BB também deve passar a operar, a partir do próximo ano-safra (2008/09), fundos garantidores nos moldes da estrutura desenvolvida para o Fundo de Recebíveis do Agronegócio (FRA), onde produtores, indústrias e o próprio banco dividiram os riscos da carteira.

O diretor do BB informa que a instituição deve começar a política de redução das taxas de juro do crédito rural para quem contratar seguro contra variação de preços (hedge) e o seguro rural, medida já autorizada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), mas ainda no papel. Na próxima safra, o seguro rural, obrigatório na contratação do custeio, também será estendido a todos os Estados do país no caso de produtores de soja e milho.

Com a sofisticação financeira dos produtores, o BB quer elevar a apostar na CPR, prejudicada pela crise de renda iniciada em 2004. Por meio das regras da chamada "poupança ponderada", o banco poderia emprestar aos emissores de CPR até R\$ 3 bilhões a juros mais baixos (de 8,5% a 14% ao ano), mesmo com recursos livres, cujas taxas não têm subsídios do Tesouro. No caso, os juros ficariam abaixo dos atuais 25% cobrados de CPRs.

Agricultura familiar tem novas regras – Valor Econômico – Agronegócios - 02/04/2008

O governo alterou ontem as regras para operações de crédito rural de produtores familiares e assentados da reforma agrária. Agora, quem estiver enquadrado na Lei da Agricultura Familiar e tiver renda bruta anual de até R\$ 110 mil poderá fazer empréstimos sem distinção de faixa de renda ou limites de crédito. Os financiamentos serão concedidos de acordo com a capacidade de pagamento do beneficiário.

As medidas beneficiam os produtores do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), cujos empréstimos ultrapassaram R\$ 40 bilhões desde 1995.

A reforma acabou com os grupos "C", "D" e "E", além de criar faixas de financiamento. Para operações de custeio, os juros anuais serão limitados a 1% em empréstimos até R\$ 5 mil. Daí até R\$ 10 mil, serão cobrados 3%. De R\$ 10 mil a R\$ 20 mil, sobem a 4% e desse limite até R\$ 30 mil fica em 5,5%. Para investimentos, o produtor pagará 1% até R\$ 7 mil; 2% até R\$ 18 mil; 3,5% até R\$ 28 mil; e 5% desse limite até R\$ 36 mil. O grupo "B" vira microcrédito rural, com juros de 1% ao ano, rebate de 25% e máximo até R\$ 1,5 mil. Os riscos seguem com a União e o crédito, rotativo. O grupo "A", da reforma agrária, ainda será reformulado, mas a alta inadimplência tem complicado alterações. (MZ)

Agronegócio será financiado pelo Banco do Brasil – Sítio Eletrônico do MST – 03/04/2008

O Banco do Brasil planeja participar do capital de empresas do agronegócio. A afirmação foi feita pelo próprio diretor de agronegócio do banco. A instituição tem interesse em se associar aos grandes produtores que pretendem criar empresas, sobretudo no Mato Grosso (MT). Entre os grupos visados pelo Banco do Brasil, destaca-se o grupo Vanguarda, dono de 220 mil hectares de terra e 180 mil cabeças de gado no estado do MT. O Vanguarda faturou R\$ 365 milhões em 2007.

O popularmente conhecido como BB já é o maior financiador do país de empresas do setor rural. Um terço das operações da instituição são destinadas para essa área. Os beneficiários normalmente são grupos transnacionais, constantemente denunciados por movimentos sociais e entidades civis por destruírem o meio ambiente, prejudicar comunidades interioranas e enviar grande parte de seu lucro para o exterior.

Em 2007, o banco emprestou cerca de R\$ 7 bilhões para 13 grupos econômicos. Dentre eles, destacam-se a Cargill, a Bunge, a Votorantim, Vale, Aracruz Celulose, Bayer e Souza Cruz.

Governo cede para pavimentar rolagem - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócio - 03/04/2008

O governo aumentou ontem as promessas de concessões para pavimentar o caminho de uma nova renegociação das dívidas do setor rural. Sob pressão de lideranças e parlamentares ruralistas, o Ministério da Fazenda cedeu ao propor a inclusão de R\$ 10 bilhões no volume renegociável, a ampliação de prazos de pagamento nos débitos de custeios prorrogados em anos anteriores e de descontos sobre a dívida ativa com a União, além da redução de algumas taxas de juros. Mas o governo rejeitou prazos de carência para os débitos e regras gerais para todos os produtores.

Pela proposta informal, que será avaliada na próxima semana pela área econômica, o governo concordou em elevar de R\$ 56,3 bilhões para R\$ 66 bilhões o universo de débitos renegociáveis. E ofereceu elevar o bônus para o passivo em dívida ativa da União. Mas restringiu o desconto máximo de 75% aos débitos até R\$ 10 mil.

Na reunião de ontem, dirigentes do governo também ofereceram reduzir de 8,75% para 7,75% ao ano os juros de R\$ 7,3 bilhões em operações de custeios com taxas subsidiadas que já foram prorrogadas em rolagens anteriores. Os juros das dívidas do Proger Rural, que somam R\$ 158 milhões, passariam de 8% para 7%. E a correção de R\$ 1,45 bilhão, emprestados a juros livres, cairiam do intervalo de 16% a 21% para 10,5% ao ano.

O governo propôs, ainda, a extensão por dois anos do prazo de pagamento dos contratos de custeio. No caso das dívidas de investimentos, o produtor teria três anos para pagar. Mas os juros permaneceriam iguais. "A negociação vai bem, mas é preciso avançar mais para garantir fôlego ao produtor", disse o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS). Aos ruralistas do Nordeste, o governo também sinalizou com eventual redefinição das taxas de juros de pós-fixadas para pré-fixadas, além da exclusão de encargos do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf).

Ao mesmo tempo, o lobby do campo adotou uma nova estratégia ao desmembrar, por segmento e região, suas demandas. Ruralistas e "agraristas" do Nordeste, do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso querem mais benefícios a agricultores familiares e produtores de soja, algodão, arroz, cacau e café. "Avançamos nas condições gerais, mas agora temos que particularizar e regionalizar algumas soluções", afirmou o deputado Homero Pereira (PR-MT), que comanda a equipe privada especializada em dívidas rurais.

Os ruralistas insistirão, em reunião técnica hoje, na limitação da taxa de juros em 4% ao ano, rejeitando a troca do indexador, de Selic mais 1% para IPCA mais 4% ao ano. Também pedirão rolagem dos investimentos até 2025, mesma condição de parte das dívidas

já prorrogadas a partir de 1995. E voltarão a insistir na necessidade de carência de um ano entre a renegociação e o início do pagamento.

Governo diz que chegou 'ao limite' em oferta para renegociar dívidas - Mauro Zanatta
– Valor Econômico – Agronegócios - 04/04/2008

Após ceder em alguns pontos da nova renegociação das dívidas rurais, o governo avisou aos produtores já ter chegado "ao limite" em sua oferta para a repactuação de até R\$ 66 bilhões do passivo do setor. Lideranças e parlamentares ruralistas insistem, entretanto, na rolagem de todas as operações de custeio prorrogado e dos programas de investimento até 2025, na fixação das taxas de juros em 4% ao ano e na adoção de um período de carência de um ano.

O Ministério da Fazenda resiste ao lobby ruralista, mas admite dar alguns "últimos retoques" na proposta que será avaliada por ministros e parlamentares na próxima semana. Estão em análise "soluções parciais" ao passivo de investimentos no Centro-Oeste e Rio Grande do Sul, como a concessão de mais um ano de prazo para quitação das parcelas, além dos oito anos já oferecidos ao setor. As taxas de juros não devem sofrer reduções generalizadas. E conceder prazo de carência estaria "fora de cogitação", segundo fontes do governo.

Dados obtidos pelo Valor mostram que os produtores rurais têm dívidas totais de R\$ 10,54 bilhões a vencer neste ano. Em média, os produtores comprometeriam 8% a 10% de suas receitas com o pagamento de dívidas neste ano, calcula o Ministério da Fazenda. Por isso, o governo avalia que, em um momento de "boa liquidez" no setor, a concessão de carência estimularia a compra de novas máquinas e equipamentos.

Isso poderia levar novamente a um acúmulo no vencimento das dívidas nos próximos três ou quatro anos. E o governo teme uma "retomada explosiva" desses investimentos no campo, a exemplo do ocorrido antes da forte crise de renda vivida em 2004.

Pelos dados oficiais, os investimentos respondem por 66% das dívidas totais do setor a vencer até 2011 - ou R\$ 22,7 bilhões. Mesmo assim, a maior parte dos produtores estaria, segundo o governo, em condições de quitar suas dívidas em razão do bom desempenho das principais commodities. Conceder carência, agora, seria um "incentivo" à aquisição de novas máquinas, justamente o principal foco de endividamento do setor rural. Alguns dados da indústria já apontam forte retomada nas compras neste ano.

Em 2008, venceram nada menos do que R\$ 7,2 bilhões em investimentos. Para comparar: as dívidas de custeios prorrogados somam R\$ 2,37 bilhões e o passivo de débitos antigos, R\$ 967 milhões. "O peso dos investimentos sobre as parcelas da dívida total é muito significativo", diz uma fonte.

O grupo de especialistas nas dívidas do setor, coordenados pela Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), tem outra avaliação. "Os tratores que têm sido vendidos são, na maioria, para produtores de cana", diz a economista Rosemeire dos Santos, da CNA. "Ainda há falta de liquidez no campo e quem compra são apenas os mais capitalizados". A concessão de um período de carência seria fundamental para garantir fôlego aos produtores menos capitalizados. "Nem que fosse por oito ou nove meses", afirma.

A insatisfação com o andamento das negociações para uma nova repactuação das dívidas também atinge os produtores familiares. Movimentos sociais pressionam o governo a "melhorar" sua oferta. Querem tratamento "diferenciado", com mais descontos sobre aos débitos e juros mais baixos.

O próprio ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, já deixou clara sua insatisfação com as propostas da Fazenda. Em 2008, vencem R\$ 1,8 bilhão do Pronaf. Sem contar o passivo com os fundos constitucionais, em boa medida ligados à agricultura familiar, mas ainda sem solução definitiva à vista.

Garantia-Safra contra perdas em enchentes – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008

O Governo Federal estuda modificar o Programa Garantia-Safra, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para estender os benefícios aos agricultores prejudicados pelas enchentes no Nordeste. Após reunião nesta segunda-feira (7) com ministros e governadores dos estados nordestinos, o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, determinou mudanças para que o programa seja destinado aos produtores que sofreram com as recentes inundações.

O programa era até então destinado a atender aos agricultores que tivessem perdas declaradas por motivo de estiagem. A alteração legislativa com as mudanças no programa deve ser encaminhada nos próximos dias.

“Em função das mudanças climáticas pelas quais vem passando a região Nordeste, é necessário que se faça um ajuste no programa, que possibilite ampliar o que foi inicialmente previsto em 2003, de somente atender aos atingidos pela estiagem. Agora, com esta mudança, passaremos a beneficiar também os produtores que tiveram suas lavouras devastadas pelas enchentes”, explica o secretário-executivo do MDA, Marcelo Cardona.

O ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, esclareceu que a Medida Provisória para atenuar problemas causados pelas enchentes foi uma determinação do presidente da República. “O presidente Lula determinou a máxima urgência para que as pessoas atingidas por este problema possam ter os benefícios o mais rápido possível”, explicou.

Segundo o governador do Ceará, Cid Gomes, seis estados foram mais atingidos pelas inundações: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Garantia-Safra - O Programa Garantia-Safra é um seguro de renda para os agricultores familiares que vivem em municípios do Semi-árido onde é registrada perda de pelo menos 50% da produção esperada. Até o momento, mais de 500 mil agricultores familiares do Semi-árido já aderiram ao Programa Garantia-Safra neste ano de 2008. O dado não inclui os estados de Sergipe, Alagoas e parte da Bahia, cujos números ainda não foram consolidados.

O programa é destinado aos produtores rurais que vivem na região Nordeste, no norte do estado de Minas Gerais (Vale do Mucuri e Vale do Jequitinhonha) e no norte do estado do Espírito Santo.

Os agricultores precisam aderir ao programa para receber o benefício no valor de R\$ 550, pagos em cinco parcelas de R\$ 110. Para participar do Garantia-Safra é preciso ser agricultor familiar nos moldes do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), ter renda bruta familiar mensal de até um salário mínimo e meio e cultivar área não irrigada entre 0,6 e 10 hectares das culturas cobertas pelo seguro: arroz, algodão, feijão, mandioca e milho.

Fundo Garantia-Safra - Os recursos para o seguro provêm de um Fundo comum, constituído por municípios, estados, União e os próprios agricultores. Entretanto, só são beneficiários os estados, municípios e agricultores que, antes da safra, optaram por aderir ao programa.

De acordo com as regras, cada ente que compõe o Fundo Garantia-Safra deposita um valor correspondente, por agricultor familiar participante. O Governo Federal deposita R\$ 110 (por agricultor a ser beneficiado), os governos dos estados que aderiram depositam R\$ 33 e as prefeituras depositam R\$ 16,50.

Depois de selecionado pelo programa, o agricultor familiar também participa da composição do Fundo, recolhendo o valor de R\$ 5,50, por meio de um boleto bancário, emitido pelas prefeituras e pago nas agências da Caixa Econômica Federal ou correspondentes bancários.

Encontro discute ações para crédito rural do Pronaf no NE – Sítio Eletrônico do MDA – 07/04/2008

Nos dias 10 e 11 de abril, das 8h às 18 horas, as Delegacias do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) de toda a região Nordeste, representantes do Banco do Nordeste (BNB), dos movimentos sociais e da extensão rural estarão reunidos no Centro Administrativo do banco, em Fortaleza (CE) para uma reunião de trabalho.

O objetivo é aumentar parcerias e discutir ações para ampliar o crédito, reduzir a inadimplência e as diferenças de interpretação das finalidades do crédito rural do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e de suas normas, entre outros.

Sob a coordenação do Departamento de Financiamento e Proteção da Produção Rural da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF/MDA), o encontro vai tratar, ainda, das parcerias entre as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater), Delegacias e movimento sociais para a ampliação de programas como Garantia-Safra, Conviver (de convivência com o Semi-Árido), crédito rural e demais ações da SAF/MDA na região.

Coletiva de imprensa aborda impactos do agronegócio – Sítio Eletrônico do MST – 07/04/2008

Na próxima quinta-feira (10/4), às 11h, acontece uma entrevista coletiva com integrantes da Missão Internacional sobre os Impactos dos Agrocombustíveis no Brasil, organizada pela FIAN (Foodfirst Information And Action Network) em parceria com entidades sociais brasileiras, como Comissão Pastoral da Terra e Rede Social de Justiça e Direitos Humanos.

O grupo, formado por observadores de países como Alemanha, Holanda, Suíça, Filipinas, Senegal, Colômbia e Canadá, começa neste sábado a percorrer os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Piauí para verificar os impactos da expansão territorial massiva das monoculturas para a agroenergia, no que diz respeito à disponibilidade de alimentos, de terras para a reforma agrária, conflitos pela terra, condições de trabalho e impactos ambientais.

Além disso, a Missão tem como objetivo documentar o papel do Estado brasileiro na promoção dos agrocombustíveis - nacional e internacionalmente -, avaliar a participação deste em relação às obrigações de direitos humanos com as quais o Estado brasileiro se comprometeu e incidir em foros internacionais relevantes, como União Européia e FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação), apresentando os resultados da viagem e exigindo a proteção eficaz dos direitos fundamentais.

A entrevista acontece no Centro Cultural de Brasília (ao lado do SERPRO), L2 Norte - Bloco 601 B.

Governo atende a ruralistas e aceita ampliar a rolagem e baixar os juros - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 09/04/2008

O governo federal elevou ontem sua oferta na tentativa de encerrar a longa e arrastada negociação de uma nova repactuação das dívidas rurais. Após três horas de conversas, o Ministério da Fazenda cedeu aos apelos dos ruralistas e aceitou reduzir as taxas de juros e alongar ainda mais os débitos com operações de custeio, além de conceder mais prazo de pagamento para dívidas com programas de investimento e incluir descontos mais atraentes para o passivo do setor.

O governo também propôs rolar, por nove anos, os débitos de custeio e dos investimentos dos produtores de Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Na discussão com ruralistas, o governo ofereceu reduzir de 8,75% para 6,75% ao ano os juros de R\$ 7,3 bilhões em operações de custeio prorrogadas em anos anteriores. O governo admitiu ainda a limitação em 10,5% ao ano dos juros de R\$ 1,45 bilhão de custeios contratados a juros livres entre 16% e 21% ao ano.

A rolagem dos débitos, que inicialmente seria feita por 12 meses, deve chegar a dois anos. Estuda-se, ainda, a concessão de bônus de adimplência para aqueles que pagarem em dia suas obrigações contratuais. As taxas para operações com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) devem recuar de 9,75% para 3% ou 4% ao ano.

Para resolver as dívidas com programas de investimentos, calculada em R\$ 38,6 bilhões até 2015, o governo ofereceu ampliar a rolagem de dois para três anos adicionais. Com isso, o prazo seria esticado para até oito anos. Também propôs a renegociação

indexada à Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) - hoje em 6,25% - mais 3,25% ao ano. Antes, a oferta era TJLP mais 4%.

Os ruralistas gostaram, mas ainda negociam uma "trava" de 9,5% para a TJLP. Se passar disso, o Tesouro Nacional banca. "Nossa intenção é proteger os produtores em caso de aumento da TJLP", explica o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Inflexível na concessão de carência para pagamento das dívidas de investimento, o governo propôs uma solução intermediária: em vez de honrar 100% da parcela de 2008, calculada em R\$ 7,2 bilhões, o produtor pagaria apenas 40% neste ano. Os 60% restantes seriam diluídos ao longo dos contratos. Da parcela de 2009, de R\$ 6,5 bilhões, os ruralistas querem pagar 60%.

Pela proposta, o governo também elevaria em cinco pontos percentuais os descontos para liquidação total dos contratos inscritos na dívida ativa da União. De 10% a 70%, o bônus passaria para 15% a 75% em saldos até R\$ 10 mil e seria fixado em 50% para as demais dívidas. Todos os saldos seriam pagos em cinco anos.

O acordo para os débitos antigos, vinculados aos programas de securitização, Pesa (Programa de Securitização e Saneamento de Ativos) e Recoop (Programa de Recuperação de Cooperativas Agropecuárias), deve ocorrer durante nova rodada de negociação entre os ruralistas e o governo.

Pronaf realiza encontro em Fortaleza – Sítio Eletrônico do MDA – 11/04/2008

Reduzir a inadimplência e ampliar o crédito seguro na região Nordeste são algumas das pautas da reunião que começou na última quinta-feira (10) e segue até hoje (11), em Fortaleza (CE), envolvendo Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SAF/MDA), as Delegacias do MDA no Nordeste e em Minas Gerais, movimentos sociais com representações nacionais e estaduais, Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural.

O primeiro dia do encontro de trabalho foi iniciado com uma apresentação do superintendente da Área de Agricultura Familiar e Programas de Crédito Fundiário do BNB, Luis Sérgio Farias Machado. Ele apontou os desafios do banco para 2008, como a qualificação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e a consolidação do Agroamigo, programa do BNB que orienta o agricultor familiar no acesso ao microcrédito rural (como também é conhecido o Pronaf B).

Segundo o superintendente, por ano, o banco gerencia de 500 a 600 operações de crédito rural. Ele destacou, ainda, a importância da melhoria do serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER): "É mais adequado à realidade do mercado de hoje".

De acordo com Machado, o banco já está firmando convênio com as empresas estaduais de ATER dos estados do Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco para prestar assistência técnica aos agricultores familiares do Pronaf e do Agroamigo.

Pronaf B - Os técnicos da SAF/MDA apresentaram o tema Pronaf Grupo B: Potencialidades, Desafios e Papel dos Agentes no Microcrédito Rural. Criado em 2000,

esse grupo do Pronaf executou 150 operações em 2002 e, cinco anos depois (em 2007), as operações de microcrédito chegaram a 550 mil. Segundo Mônica Schröder, técnica da área de crédito da SAF/MDA, o Pronaf B propiciou que, pela primeira vez, um grande número de famílias rurais sem patrimônio e outras garantias tivesse acesso ao crédito bancário.

Para a técnica, o Pronaf B é uma conquista dos agricultores familiares que precisa ser preservada. Daí, a necessidade de se refazer o pacto de responsabilidade de todos os envolvidos em torno dessa política pública. Os técnicos da SAF também abordaram a questão da inadimplência na região Nordeste, que tem entre os fatores de existência a oferta ainda restrita de ATER e sua associação a atividades tradicionais.

Entre as medidas corretivas à inadimplência, está a Portaria número 105, publicada no final de 2007, que trata da suspensão de operações do Grupo B do Pronaf em municípios nos quais a taxa de inadimplência alcançar percentual igual ou superior a 15% e em que forem registradas 50 ou mais operações da linha em atraso. A Portaria trata, ainda, da elaboração e implementação de Planos Municipais de Aplicação e Recuperação das Operações da Linha de Crédito do Grupo B do Pronaf (PMAR).

Assistência Técnica - Outra medida para diminuição da inadimplência trata da ATER, a partir da garantia do combate à pobreza rural como elemento norteador dos convênios, assegurando a oferta de assistência técnica para os agricultores familiares do grupo B do Pronaf.

Segundo o técnico do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da SAF/MDA José Rui Ferreira, atualmente mais de 331 mil agricultores familiares da região Nordeste e do Norte de Minas Gerais (Semi-Árido brasileiro) são beneficiados por assistência técnica por meio de convênios para execução no período de dezembro de 2007 a dezembro a 2008. Esses convênios totalizam quase R\$ 15 milhões.

Discussões em grupos - Na tarde de quinta-feira, os participantes formaram grupos de trabalho para a discussão de temas como importância do Pronaf e suas dificuldades, o papel e as ações de cada um dos parceiros representados no encontro para superar as dificuldades de ampliação do acesso ao programa, os apoios da SAF/MDA e do BNB, as principais causas da inadimplência, entre outros.

O resultado das discussões dos grupos fará parte do documento que será gerado ao final do evento. O objetivo é que sejam firmados compromissos para a melhoria da aplicação do crédito rural do Pronaf na região Nordeste. O encontro prossegue nesta sexta-feira (11), no centro administrativo do BNB, em Fortaleza (CE).

Governo eleva em R\$ 10 bi renegociação da dívida rural – Luciana Otoni – Folha de São Paulo – Dinheiro – 12/04/2008

Após três semanas de negociação, o governo concordou em elevar o volume do programa de reestruturação da dívida rural para R\$ 66 bilhões, o que representa 75,4% da dívida total.

O montante era de R\$ 56,2 bilhões e foi ampliado devido à aceitação, por parte do Ministério da Fazenda, da prorrogação de R\$ 8,5 bilhões em dívidas de custeio de três safras passadas e de débitos de baixo valor de produtores da agricultura familiar. Com esse acerto, o equacionamento passa agora a abranger quase todo o estoque de R\$ 87,5 bilhões da dívida rural, dos quais R\$ 74,5 bilhões contratados por grandes e médios agricultores e pecuaristas.

A Fazenda também aceitou flexibilizar o pagamento de parcelas em atraso e permitir que ruralistas cuja produção foi prejudicada por ocorrências climáticas adversas tenham condições mais favoráveis para quitar saldo devedor vencido.

Na versão original da proposta, para ser autorizado a prorrogar a dívida, o ruralista deveria se comprometer a pagar pelo menos uma parcela em 2008.

Nas novas condições, os bancos poderão, no limite de 10% dos contratos, permitir que apenas 40% da primeira parcela da dívida equacionada seja paga neste ano. Para os Estados de Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, onde supostamente há maior número de produtores prejudicados pelo clima adverso, esse limite sobe para 30%. "Essas condições não serão para todos os devedores. Os bancos vão ter que fazer uma seleção e avaliar caso a caso", avisou o secretário-adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt.

Com as mudanças e alguns ajustes nos custos das dívidas de produtores da agricultura familiar e do Nordeste, os ministérios da Fazenda e da Agricultura avaliam ter encerrado as negociações.

A medida provisória e as normas que passarão pelo Conselho Monetário Nacional devem ser concluídas na próxima semana, quando seguem para a área jurídica e para a Casa Civil.

Entregue a pauta do Grito da Terra Brasil/2008 – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, recebeu nesta terça-feira (15), no Palácio do Planalto, a pauta oficial da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). O documento, intitulado Grito da Terra Brasil/2008, foi entregue pelo presidente da entidade, Manoel dos Santos.

A apresentação da pauta foi acompanhada pelo ministro Luiz Dulci, da Secretaria-Geral da Presidência da República, e pelo ministro Guilherme Cassel, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), além do presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Rolf Hackbart, do secretário-executivo do MDA, Marcelo Cardona, dos secretários do Desenvolvimento Territorial, Humberto Oliveira, do Reordenamento Agrário, Adhemar Lopes de Almeida, e da Agricultura Familiar do MDA, Adoniram Sanches Peraci, e lideranças nacionais da Contag.

O presidente Lula informou que convocará uma reunião com todos os ministros que tiverem ligação com os pontos ressaltados na pauta para apresentar o documento. O objetivo, de acordo com ele, é “agilizar o estudo do documento para acelerar o processo de negociação”.

Pontos ressaltados - Entre os diversos tópicos ressaltados pela Contag estão: o aumento dos recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na safra 2008/2009, de R\$ 12 bilhões para R\$ 14 bilhões; a universalização da Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) num prazo de sete anos, começando com aumento progressivo de 15% a cada ano, inclusive para grupos produtivos de mulheres e jovens, já na próxima safra.

Outros pontos destacados são a garantia da aplicação de R\$ 420 milhões no Plano Plurianual (PPA) para o Programa Nacional de ATER (Pronater), destinando R\$ 100 milhões para o Territórios da Cidadania e R\$ 320 milhões para as demais áreas; e a elevação do benefício do Garantia-Safra para R\$ 850 para os agricultores familiares.

“Apresentamos a pauta com as nossas reivindicações para melhorar a vida dos nossos trabalhadores do campo e reconhecemos o esforço do Governo Federal em recebê-la”, declarou o presidente da Contag. Segundo Manoel dos Santos, o desejo da Confederação e dos trabalhadores é de que o “processo de negociação seja objetivo para que as propostas da pauta avancem”. A mobilização nacional do Grito da Terra Brasil/2008 acontecerá em Brasília no período de 12 a 17 de maio.

Pronera possibilita avanços ao homem do campo – Sítio Eletrônico do MDA – 15/04/2008

O desenvolvimento pessoal e social dos educandos do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) é o maior presente na comemoração dos seus 10 anos de existência. No Rio Grande do Sul, mais de 3,3 mil alunos já participaram do programa e hoje investem os conhecimentos adquiridos na qualificação da vida no meio rural.

O Pronera é uma iniciativa do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e tem como missão principal ampliar os níveis de escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. No Rio Grande do Sul, a primeira turma foi do curso de especialização em Administração de Cooperativas, uma parceria com o Instituto Técnico de

Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Itterra). Desde então, já foram aplicados mais de R\$ 9,8 milhões no estado para fortalecer a educação nas áreas de Reforma Agrária.

No estado, o Pronera já desenvolveu 10 cursos entre educação e alfabetização de jovens e adultos, ensino médio, técnico profissionalizante e de nível superior. Já foram celebrados 29 convênios com diferentes instituições. Atualmente, três estão abertos, sendo dois com cursos em atividade.

Para a asseguradora do Pronera/RS, Maria de Lourdes Álvares da Rosa, são 10 anos de avanços na construção e democratização do ensino do campo. Ela salienta que o programa é a garantia da criação e recriação de uma educação baseada nas especificidades e histórias da vida camponesa, com força de produzir novos horizontes no conhecer e no fazer. “No Pronera, o conhecimento e prática são articulados em uma metodologia voltada para o desenvolvimento sustentável e harmonioso dos assentamentos da Reforma Agrária, tornando as condições de vida dos assentados mais justas e cidadãs”, observa Maria de Lourdes.

Ampliação de horizontes - Em uma década de existência, o programa não apenas alfabetizou jovens e adultos, como também formou profissionais em diferentes setores educacionais relacionados com o campo. “Ao contrário da educação convencional, o Pronera voltou seu olhar para o campo, fazendo com que seus atores também retornem à realidade rural, sem a necessidade de abandoná-la”, avalia Diana Daros, que se formou na primeira turma de Pedagogia da Terra, curso desenvolvido em parceria com a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí).

Logo após a graduação, ela cursou especialização em Educação do Campo e Desenvolvimento pela Universidade de Brasília (UnB), também através do Pronera. “Se não fosse o Programa eu não teria me formado em nível superior, nem teria uma especialização. Isso, para quem é do campo, é muito gratificante, pois nos aproxima do mundo”, reconhece. Hoje, Diana é diretora do Itterra, em Veranópolis, um dos parceiros gaúchos do Pronera.

Muito além da teoria - fundamentado na pedagogia da alternância (tempo dividido entre escola e campo), o Pronera possibilita a aplicação prática dos saberes. O agricultor Lauriando Amaral de Freitas, do assentamento Santa Maria do Ibicuí, no município de Manoel Viana, voltou a estudar aos 34 anos, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável de forma mais consciente.

Ele está no último ano do curso Técnico em Agropecuária com habilitação em Agroecologia, ministrado pelo Instituto Educar, em Pontão. Freitas une a possibilidade de educação com a responsabilidade social que permeia os participantes da Reforma Agrária. “Temos uma cobrança muito grande sobre nós em vista do que queremos, que é uma agropecuária desenvolvida em comunhão com o meio ambiente. Neste sentido, o Pronera incentiva nossa análise crítica e nos oferece caminhos para alcançar isso”, explica.

O agricultor estudante entende que também tem a incumbência de repassar os ensinamentos adquiridos no curso à comunidade onde mora. “Aqui reforçamos nossos

valores humanistas, do homem como participante da natureza, e valorizamos ainda mais esta relação. Claro que devemos pensar no progresso do campo, mas temos que fazer isso de forma consciente”, destaca Freitas.

Em dez anos aliando teoria e prática e multiplicando conhecimento, o Pronera contribuiu para a expansão e qualificação da Reforma Agrária. Para a pedagoga Diana Daros, a iniciativa é bem mais que uma forma de estimular a viabilidade econômica em acampamentos e assentamentos. “O Programa reforça a necessidade de crescimento humano da população rural e demonstra que a nossa luta não é meramente por terra, mas por melhoria de qualidade de vida, o que passa pela educação”.

FETRAF-SUL E COOPERHAF ENTREGAM PAUTA E COBRAM DA CEF CUMPRIMENTO DO ACORDO PARA LIBERAR RECURSOS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf sul - 16/04/2008

Em uma reunião com a Presidenta da Caixa Econômica Federal, Maria Fernanda Ramos Coelho, nesta terça-feira(15.04), em Brasília, a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) e a Cooperativa de Habitação dos Agricultores Familiares cobraram da Caixa a liberação de recursos para a construção e reforma de habitações rurais. O Coordenador geral da Fetraf-Sul, Altemir Tortelli e o Presidente da Cooperhaf, Celso Ludwig lembraram o acordo firmado no ano passado que previa um orçamento para atender 5800 famílias.

“Nossa maior preocupação é que como o acordo ainda não foi cumprido, só conseguimos atender cerca de mil famílias e o governo precisa viabilizar um novo orçamento para garantir as contratações”, destaca Ludwig lembrando que as famílias estão com os projetos prontos e tudo foi feito conforme o acordo. Só falta agora a liberação dos recursos prometidos. “Estamos cansados dessas pendências e precisamos dar continuidade ao nosso trabalho”, diz Ludwig.

Tortelli também destaca a importância desses recursos e alerta que no dia sete e oito de maio, os agricultores estarão mobilizados nos três estados do Sul durante a IV Jornada Nacional de Lutas e vão pressionar o governo. “Estamos negociando uma saída, caso contrário vamos iniciar uma ampla mobilização para garantir esses recursos”, afirma.

Também participaram da audiência o vice-Presidente de Governo da CEF, Jorge Fontes Hereda e o deputado estadual, Dirceu Dresch. Durante o encontro também foi entregue a pauta de reivindicação de uma Política Nacional para a Agricultura Familiar. “Para melhorar de vida dos agricultores familiares é necessário acesso a habitação rural, por isso estaremos nos mobilizando em todo o país para não só garantir recursos, mas tornar essa uma política pública permanente por parte dos governos”, garante Ludwig, que afirma ainda a necessidade de ampliar as ações do projeto social e incluir a assistência técnica para realizar ações dos projetos de habitação.

Para Tortelli, essa reivindicação tem tudo para se tornar uma realidade. “Temos todos os instrumentos e a experiência na área e para garantir esses recursos vamos entrar com muita mobilização e força na jornada de lutas deste ano”, afirmou.

A Cooperhaf, até este ano, proporcionou o atendimento a aproximadamente 15 mil famílias em todo Brasil e além de atuar nos municípios que tenham algum grau de organização através de sindicatos e associações dos três estados do Sul do Brasil (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul), atua também nos estados da Bahia, Mato Grosso do Sul, São Paulo, Pernambuco, Ceará, Distrito Federal e Entorno, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Piauí e Rio Grande do Norte.

Renegociação vai custar R\$ 10 bilhões ao Tesouro - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 16/04/2008

A nova proposta de renegociação das dívidas rurais, que será encaminhada ao Congresso via medida provisória na próxima semana, custará cerca de R\$ 10 bilhões aos cofres do Tesouro Nacional nos próximos dez anos, apurou o Valor. Na primeira versão da oferta, feita em 25 de março, o Ministério da Fazenda estimava um impacto fiscal de até R\$ 7 bilhões.

As novas medidas, limitadas a R\$ 66 bilhões de débitos rurais, devem facilitar a redução de encargos de inadimplência sobre os saldos devedores, dar descontos para quitação dos débitos antigos, juros menores para parte das operações, rolagem adicional e diluição da dívida vencida em parcelas futuras.

Principal negociadora da proposta, a bancada ruralista ainda não está satisfeita com a intervenção do governo. "Eles já fecharam [a MP], mas ainda há pontos que vamos incluir como emenda à MP na Câmara", avisa o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária. O principal, segundo os ruralistas, é impedir execuções judiciais por atraso de pagamento. "Queremos uma garantia legal, porque até as medidas chegarem aos bancos, lá na ponta, os produtores acabam incluídos na dívida ativa da União", diz o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

Pela proposta do governo, os R\$ 38,6 bilhões em dívidas com programas de investimentos terão redução da taxa de juros para 8,75% ao ano nas linhas Moderfrota (antes 9,5%), Finame Especial (10,25%) e Prodecoop (10,5%). O produtor também poderá pagar apenas 40% da parcela de 2008 até 30 de setembro - são R\$ 7,2 bilhões a vencer neste ano. Terá, ainda, mais três anos após o fim do contrato, prazo que será elevado a cinco anos em Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

Os débitos de R\$ 10,5 bilhões com os dois programas de securitização terão descontos para liquidação antecipada e prazo para pagamento das parcelas até 2025. O passivo do programa de saneamento de ativos (Pesa), que soma R\$ 14,4 bilhões, também gozará das mesmas prerrogativas.

As cooperativas beneficiadas pelo Recoop terão direito a descontos progressivos sobre o saldo devedor de R\$ 801 milhões - 15% em 2008, 12% em 2009 e 9% em 2010. Além disso, terão expurgos dos encargos de inadimplência sobre R\$ 16,4 milhões. Quem tem dívidas com o Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), calculadas em R\$ 954 milhões, terá nova rolagem de prazo, de 2014 para 2020, além da redução dos juros de 9,5% para 7,5% ao ano, mas que pode cair a 3,75% com a concessão de bônus progressivos.

Para o passivo dos produtores com custeios prorrogados em anos anteriores, calculado em R\$ 7,3 bilhões, haverá nova rolagem por mais dois anos após o fim dos contratos, redução dos juros de 8,75% para 6,75% ao ano em operações com recursos da

"exigibilidade bancária" e da poupança rural. Nas operações com recursos a juros livres dos bancos, a taxa cairá de 18% a 21% para 10,5%. Na linha FAT Giro Rural, os juros caem para 8,75% ao ano.

Na dívida ativa da União, onde estão R\$ 7,1 bilhões, haverá descontos de 40% a 75%, segundo o valor, além de bônus entre 40% e 70% sobre as parcelas pagas em dia.

Dívidas rurais do Norte e Nordeste serão definidas nesta semana – Sítio Eletrônico da CNA - 18/04/2008

Ficou para esta quarta-feira (23/4) a decisão final sobre o tratamento a ser dado pelo Governo para a renegociação do endividamento rural do Norte e do Nordeste, quando representantes dos produtores voltam a discutir com o Governo a inclusão das duas regiões na proposta final. Em reunião realizada no dia 17 de abril com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, lideranças da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e parlamentares das duas regiões reivindicaram, entre outros pontos, 15% a mais de bônus de adimplência para os contratos repactuados de securitização, PESA e débitos transferidos para a Dívida Ativa da União (DAU). Assim, os produtores do Norte e do Nordeste receberiam 15% a mais em eventuais bônus destinados às outras regiões.

A equipe econômica, no entanto, ofereceu aumentos de 10 pontos percentuais para a securitização e de cinco pontos para a DAU, deixando o PESA de fora. “Os bônus propostos chegam a ser ridículos”, criticou o presidente da Federação de Agricultura e Pecuária do Estado do Ceará (FAEC), José Ramos Torres de Melo Filho, representante da Comissão Nacional de Assuntos do Nordeste da CNA nas negociações. Para ele, estes pontos são os de maior interesse para a região. Torres de Melo reconhece, porém, que houve avanços em outras questões, como a sinalização do Governo de que poderá suspender a execução judicial das operações em atraso, além de melhores condições para o pagamento dos débitos de custeios e investimentos a partir de 2001.

“Não podemos dizer que não andou, mas os resultados ainda são insatisfatórios”, afirmou o representante da CNA. Segundo Torres de Melo, a equipe econômica também reconheceu a necessidade de um tratamento diferenciado às taxas de juros mixadas, que são encargos diferentes incluídos nas mesmas operações de crédito do Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e outras fontes de recursos. O setor produtivo quer buscar uma alternativa que acabe com o inchaço deste tipo de dívida. “Se o saldo da dívida oriunda de fonte de recursos fora do FNE for atualizado com os encargos originais, o inchaço continua”, explicou Torres de Melo.

Os representantes do Norte e do Nordeste também defendem outras condições específicas para reestruturar o passivo rural, como a atualização do saldo por 70% do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 6% ao ano para mutuários inadimplentes, além da redução de seis pontos percentuais para taxas de repactuação de contratos referentes ao PESA. No entanto, de acordo com parlamentares que participaram da reunião, estes tópicos não foram discutidos.

CMN pode antecipar medidas de renegociação das dívidas de custeio e investimento – Sítio Eletrônico da CNA - 23/04/2008

A Medida Provisória com as soluções para o endividamento rural dos produtores deve ser editada na próxima semana. No entanto, algumas medidas podem ser anunciadas amanhã (24/4), na reunião mensal do Conselho Monetário Nacional (CMN), para facilitar a renegociação dos débitos. As informações são do presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), deputado Homero Pereira (PR/MT), divulgadas após reunião com o ministro Reinhold Stephanes, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Segundo ele, o CMN deverá aprovar voto ampliando o prazo para pagar parcela de dívidas de custeio prorrogado e investimentos que venceram neste ano, deixando os produtores em situação de normalidade para renegociarem seus débitos.

Segundo o representante da CNA, o prazo para o pagamento das dívidas de custeios se estenderá até 1º de julho e o dos investimentos até 30 de setembro. “Há muito produtor que podia pagar e não quitou as parcelas aguardando uma solução do Governo para pagar com desconto”, afirmou Homero Pereira. Já o deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) informou que os prazos de rolagem de dois e três anos para custeios prorrogados e dívidas de investimentos, acertados durante as negociações com o Executivo, também podem ser objeto de resolução do CMN. Ele acrescentou, ainda, que também poderá ser contemplada na reunião de amanhã a redução das taxas de juros do custeio prorrogado, com recursos de exigibilidade bancária e poupança rural, de 8,75% para 6,75%, enquanto as taxas livres cairiam de 18% a 21% para 10,5% e as do FAT Giro Rural para 8,75%.

Pela manhã, deputados da bancada ruralista se reuniram com o ministro Reinhold Stephanes, para discutir “ajustes finais” no texto da Medida Provisória. De acordo com Homero Pereira, ainda há pendências a serem debatidas com o Governo, como o tratamento diferenciado às dívidas dos produtores do Norte e Nordeste. Parlamentares das duas regiões se reúnem às 18h30 com o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, para definir questões relativas ao endividamento das respectivas regiões. “O importante é que as coisas estão saindo por acordo”, enfatizou o representante da CNA, acrescentando que a apresentação de emendas ao texto será prerrogativa dos parlamentares.

De acordo com o deputado Luis Carlos Heinze, o texto da MP tratará basicamente de dívidas relacionadas ao PESA, que totalizam R\$ 14,4 bilhões, à securitização, que somam R\$ 10,4 bilhões, à Dívida Ativa da União, cujo passivo é de R\$ 7,1 bilhões, e ao Recoop, com débitos de R\$ 801,1 milhões. Ele disse, ainda, que a bancada ruralista deve receber até amanhã a minuta da MP, que servirá de base para o texto final.

IV JORNADA NACIONAL DE LUTAS - Luciane Bosenbecker - Imprensa Fetraf-sul - 23 de abril de 2008

A Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (Fetraf-Sul) estará mobilizando os agricultores familiares para a IV Jornada Nacional de Lutas. Por isso, os agricultores familiares estarão mobilizados, nas principais cidades dos três estados do Sul, nos dias sete e oito de maio, na IV Jornada Nacional de Lutas.

A pauta já foi debatida com os agricultores familiares em mais de dois mil encontros nas comunidades e municípios dos três estados do sul, durante o Mutirão da Agricultura Familiar de janeiro a abril deste ano.

Atenção para os principais pontos:

1. PRONAF SISTÊMICO:

O Pronaf Sistêmico é o novo programa do Governo Federal que visa financiar o conjunto da propriedade em uma única operação de crédito e ainda proporcionar um desenvolvimento ambiental equilibrado.

PROPOSTAS:

- a) Garantir linha de crédito subsidiado dentro no PRONAF Sistêmico para permitir a recuperação de áreas degradadas, matas ciliares, recuperação de fontes d'água;
- b) O PRONAF Sistêmico deve instituir fundo de caráter permanente, para remunerar/compensar os Agricultores (as) Familiares que preservarem as APP's e a Reserva Legal, como incentivo econômico para à atenção ambiental;
- c) No âmbito do PRONAF Sistêmico deve haver recursos para incentivo ao agricultor desenvolver o manejo sustentável na reserva legal, com a retirada seletiva de madeira e lenha para a auto-sustentação de sua propriedade (unidade de produção familiar), mediante plano de manejo sustentável;
- d) Desenvolver experiências coletivas (pelo menos uma por região) do Pronaf Sistêmico na Safra 2008/2009.

2. POLÍTICA NACIONAL DE HABITAÇÃO PARA A AGRICULTURA FAMILIAR:

Outra importante luta será a ampliação do acesso a habitação rural e a criação de um Programa de Habitação Rural nacional e permanente.

PROPOSTAS:

1. Consolidar uma política pública permanente para a Agricultura Familiar que atenda as necessidades básicas das famílias na construção de um ambiente saudável e de bem-estar em consonância com as diversas realidades sociais, culturais, ambientais e econômicas presentes no meio rural brasileiro.
2. Negociar com o Governo Federal por meio do Ministério das Cidades e do Ministério de Desenvolvimento Agrário recursos destinados à habitação rural que atendam 100.000 famílias de Agricultores (as) Familiares por ano.
3. O atendimento dos Agricultores Familiares da Reforma Agrária deverá ser exclusivamente do MDA;
4. “Desburocratizar” os programas de habitação, com o objetivo de facilitar as operações de construção e reforma por parte das organizações da Agricultura Familiar.
5. Ampliar a participação de novos agentes financeiros, principalmente cooperativas de crédito rural, para operacionalização dos programas de habitação rural no âmbito da política pública a ser definida para o setor.

6. Ampliar as ações do Projeto Social da COOPERHAF. Incluir assistência técnica para realizar as ações que são contempladas durante o estudo dos cadernos metodológicos: diversificação, agroecologia, permacultura, horta para autoconsumo entre os demais assuntos abordados.

7. Ampliar a base tecnológica e conceitual para a construção de moradias com maior grau de sustentabilidade social, cultural, ambiental e econômica, com ênfase nas tecnologias limpas e na promoção dos conceitos e técnicas da bioarquitetura, bioconstrução, biosistemas e permacultura; e incorporação do programa de construção de cisternas ao programa de habitação;

8. Garantir a contratação dos projetos acordados no ano de 2007, das operações do FGTS. Reabrir para entrega na caixa os projetos do FDS- crédito Solidário, para projetos no meio rural.

9. Considerando as diferentes rendas dos Agricultores (as) Familiares, apresenta-se uma proposta de subsídio e financiamento para habitação rural, considerando cinco categorias de agricultores.

3. PREVIDÊNCIA SOCIAL

Os agricultores familiares também querem a manutenção dos atuais direitos na previdência social

PROPOSTAS:

a) Garantir a manutenção dos agricultores e agricultoras familiares (segurados especiais) no Regime Geral da Previdência Social, como prevê a Constituição Federal de 1988 e as Leis 8.212 e 8.213.

b) Aprovar o Projeto de Lei 1154/95, conforme substitutivo apresentado pelo Deputado Dr. Rosinha, que potencializa melhorias e avanços na atual legislação sobre a Previdência Social Rural.

c) Reconhecer formalmente todos os SINTRAF's filiados à FETRAF-BRASIL/CUT para a emissão da Declaração para fins de comprovação do tempo de atividade rural, conforme prevê o artigo 106 da Lei 8.213/91.

d) Instituir, em todo território nacional, bloco de notas específico da agricultura familiar, no qual deverá conter, se assim desejar a família, o nome de todos os membros maiores de 16 anos que integram o grupo familiar.

e) Criar imediatamente o Cadastro Nacional dos Segurados Especiais e de mecanismo que possibilite a identificação da contribuição familiar dos segurados especiais.

f) Avançar na humanização do atendimento, especialmente às pessoas mais simples, bem como estabelecimento de normas para a uniformização dos procedimentos no que diz respeito à concessão de benefícios aos segurados especiais.

g) Garantir a participação da FETRAF-BRASIL/CUT no Fórum Nacional da Previdência Social, no qual está sendo debatida a Reforma Previdenciária, tendo em vista que um importante debate será a participação dos rurais no sistema previdenciário.

h) Efetivar uma maior fiscalização nos adquirentes da produção rural, especialmente nas grandes agroindústrias, nas grandes cooperativas e grandes empresas que, muitas vezes, descontam o percentual da contribuição previdenciária dos agricultores familiares e grandes produtores rurais e não repassam ao INSS.

i) Revisar e aperfeiçoar a CID – Classificação Internacional de Doenças, visando o reconhecimento de doenças ocupacionais no trabalho agrícola, para efeitos na questão dos benefícios por doença, invalidez e acidente de trabalho.

4. EDUCAÇÃO

A implantação da Universidade Federal da Mesorregião

PROPOSTAS:

Consolidar a implementação da Universidade Federal da Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul, primando pela excelência na qualidade do ensino, pesquisa e extensão para a formação de cidadãos e cidadãs conscientes e comprometidos na identificação, compreensão, reconstrução e produção de conhecimento, voltado à promoção do desenvolvimento sustentável e solidário da região Sul do país, considerando a agricultura familiar um elemento estruturador e dinamizador do processo de desenvolvimento. Garantindo na fase inicial de implantação sete Campi;

5. INSUMOS AGRÍCOLAS:

O controle dos preços dos insumos por parte do governo federal

PROPOSTAS:

- a) Definição de política de controle de preço dos insumos agrícolas que impacta no custo de produção da Agricultura Familiar.
- b) Que seja criado um programa de subsídio para a agricultura familiar na compra de insumos agrícolas estabelecendo um volume ou cota pré-definido para cada agricultor na compra dos insumos.
- c) Criar um programa para utilização do xisto agrícola como elemento básico para a produção de insumos agrícolas destinados exclusivamente para a Agricultura Familiar.

6. ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PESQUISA:

A consolidação e ampliação da Assistência Técnica e Pesquisa para o setor.

PROPOSTAS:

- a) Garantir ATER pública, apropriada e adaptada à realidade local, gratuita, exclusiva e permanente para a agricultura familiar.
- b) Fortalecer as experiências de ATER públicas não estatais.
- c) A EMBRAPA e outros órgãos públicos de pesquisa precisam destinar, nos próximos 5 anos, pelo menos 50% de seus orçamentos, iniciando em 2009 com percentual de 20% objetivando desenvolver pesquisas e implementar tecnologias voltadas para a agricultura familiar.
- d) Investimento estratégico nas redes de ATER públicas não estatais destinando 50% do total do orçamento de cada ano, exclusivamente para a agricultura familiar. Ampliar o valor total do orçamento de ATER para, no mínimo 10% do montante total do PRONAF.
- e) Definir um marco regulatório específico para aplicação de recursos de ATER, quando destinados à agricultura familiar, desburocratizando e permitindo a contratação direta de técnicos e aplicação de recursos de investimentos.

Em relação à participação do Sistema FETRAF na política de ATER

- a) Garantia de R\$ 10 milhões em cada ano nos próximos três anos para implementação da ATER do Sistema FETRAF/BRASIL.

CNA: novo prazo para custeio e investimento dá fôlego ao produtor - Sítio Eletrônico da CNA - 24/04/2008

A prorrogação dos prazos para pagamento de parcelas referentes às dívidas de custeio e investimento que vencem este ano dará novo fôlego aos produtores enquanto aguardam a proposta final do Governo para equalização do endividamento rural. A afirmação é do presidente da Comissão Nacional de Endividamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), deputado Homero Pereira (PR/MT), ao avaliar as decisões de hoje da reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), que estendeu para 1º de julho o prazo para o produtor quitar as prestações de custeio prorrogado com vencimento entre 1º de abril e 30 de junho. No caso dos investimentos, as dívidas com vencimento entre 1º de abril e 30 de setembro poderão ser pagas até 1º de outubro. A medida contempla as safras 2003/2004, 2004/2005 e 2005/2006.

“Foi uma decisão acertada. Seria injusto, em um processo de renegociação das dívidas rurais, os produtores inadimplentes não serem contemplados na proposta final”, afirmou Homero Pereira. Segundo o secretário de Microfinanças e Política Agrícola do Ministério da Fazenda, Gilson Bittencourt, a medida do CMN incluirá um montante de R\$ 15 bilhões, referentes à agricultura empresarial e à familiar. Segundo ele, no caso dos produtores de municípios que tiveram situação de emergência, a ampliação do prazo para os custeios prorrogados será retroativa a 1º de janeiro. O voto aprovado hoje também abrange a safra 2007/2008, nos casos em que não foi contratado o seguro climático.

Medida Provisória – Bittencourt informou que até a próxima terça-feira (29/4) será finalizado e discutido um esboço da proposta final para o endividamento pela área jurídica do Governo. Segundo ele, 80% das ações a serem anunciadas serão incluídas no texto. No entanto, o secretário ressaltou que a regulamentação de algumas destas medidas pelo CMN será feita depois da aprovação da proposta pelo Legislativo. Bittencourt disse que ainda será discutido com os parlamentares se a proposta final será encaminhada ao Congresso Nacional por Medida Provisória ou Projeto de Lei.

Quase tudo certo para a rolagem das dívidas – Valor Econômico – Agronegócios - 24/04/2008

A Medida Provisória que deverá pavimentar o terreno para a renegociação de mais de R\$ 60 bilhões em dívidas rurais será encaminhada ao Congresso Nacional na próxima terça-feira, conforme informações divulgadas ontem pelo presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária, deputado Valdir Colatto (PMDB-SC).

Segundo ele, as negociações em torno do aumento dos prazos para quitação das dívidas de investimento e custeio e a liberação de crédito para os produtores continuam. "Estamos sensibilizando o governo para estender até 30 de setembro o prazo para pagamento das dívidas e queremos que sejam incluídos os débitos existentes desde 1º de janeiro de 2008", afirmou Colatto em um comunicado.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) deverá tratar em reunião nesta quinta-feira da questão dos prazos. Segundo o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS), outro membro da frente parlamentar, a expectativa é que sejam mesmo prorrogadas para 30 de setembro as dívidas de investimento (financiamento para a compra de máquinas e equipamentos) que

venceram em 1º de abril. No caso do custeio (financiamento para compra de sementes e insumos), a data de pagamento poderá ser estendida para 1º de junho.

O CMN também deverá anunciar, segundo Heinze, as novas taxas de juros para custeio e investimentos. Após reunião entre parlamentares da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados e o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, Heinze afirmou que espera que a minuta da MP que seguirá para o Congresso chegue ao Palácio do Planalto amanhã, para que seja publicada no início da próxima semana. (Com Agência Brasil, de Brasília)

Pontos de Negociação – Sitio Eletronico da CNA – 25/04/2008

Depois de mais de um mês de debates, as negociações entre Governo, parlamentares da bancada ruralista e entidades representantes dos produtores rurais tiveram avanços e grande parte das medidas de reestruturação do passivo rural está praticamente definida. O documento está em fase de elaboração e na próxima semana deve ser submetido à análise jurídica do Executivo para depois ser finalizado e encaminhado ao Congresso Nacional.

NEGOCIAÇÃO DO ENDIVIDAMENTO RURAL PONTOS ACERTADOS NA NEGOCIAÇÃO COM O GOVERNO

Dívidas Definição

Securitização I e II

- Manutenção do prazo para pagamento das parcelas até 2025;
- Descontos cumulativos para liquidação antecipada das dívidas em 2008, 2009 e 2010, inversamente proporcionais aos valores devidos. Serão concedidos bônus de adimplência contratual, descontos adicionais em percentuais e mais um desconto fixo em Reais. No caso do Nordeste, haverá 10% a mais em relação aos percentuais concedidos às outras regiões, exceto no Cerrado Nordestino.

PESA

- Bônus de adimplência de cinco pontos percentuais sobre as taxas de juros a partir de 01/04/2008, para mutuários adimplentes e inadimplentes
- Exclusão dos encargos de inadimplemento para mutuários inadimplentes que quitarem os juros vencidos. No caso de repactuação dos juros vencidos, haverá uma amortização de 5% do saldo dos juros vencidos.
- Nas operações do PESA lastreadas com recursos dos Fundos Constitucionais, risco da União ou agentes financeiros, será criada linha de crédito para refinanciamento de até 95% dos juros vencidos.

Recoop

- Descontos de 15% sobre o saldo devedor em 2008, 12% em 2009, 9% em 2010 e exclusão dos encargos de inadimplemento. No caso de repactuação de contratos inadimplentes, haverá exclusão dos encargos de inadimplemento e o mutuário deverá efetuar o pagamento de 10% do saldo devedor

Funcafé

- Alongamento do prazo de 2014 para 2020 para quem não liquidar a operação em 2008 e para renegociação do saldo vencido
- Redução dos juros de 9,5% para 7,5% podendo chegar a 3,75% com bônus para

quem não liquidar a operação em 2008 e para renegociação do saldo vencido
- Descontos inversamente proporcionais aos valores devidos para liquidação em 2008, 2009 e 2010. Aplicável aos mutuários adimplentes.

Dívidas Definição

Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira na Bahia (operações não securitizadas, não incluídas no PESA ou na renegociação da ADENE (Lei 11.322)

- Descontos cumulativos para liquidação inversamente proporcionais aos valores das dívidas das quatro etapas. Vale para operações com risco do Tesouro Nacional, Tesouro da Bahia e Fundos Constitucionais. Os descontos serão concedidos por etapa, exceto as etapas 1 e 2, que deverão ser somadas.

Custeios prorrogados

- Redução dos juros dos contratos com recursos de exigibilidade bancária e poupança rural, de 8,75% para 6,75% - Redução dos juros dos empréstimos com recursos livres, de um patamar entre 18% e 21% para 10,5%

- Redução das taxas do Proger Custeio Rural para as taxas da atual safra

- Redução dos juros do FAT Giro Rural para 8,75%

- Acréscimo de dois anos aos prazos já renegociados nos contratos

Investimentos (BNDES e FAT) - Redução da taxa de juros do Moderfrota para 9,5%

- Redução dos juros do Finame Agrícola Especial para 10,25%

- Redução dos juros do Prodecoop de 10,5% para 8,75%

- Pagamento de 40% da parcela de 2008 até 30 de setembro

- Aplicação das taxas do FCO para o FAT Integrar

- Mais três anos após o fim do contrato e cinco anos para MT e RS

- Os produtores que renegociarem suas dívidas não poderão contrair novos empréstimos até a liquidação total das dívidas Fundos Constitucionais (operações não incluídas no Pronaf, PESA, Securitização, Recoop ou Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira)

- Bônus de adimplência para operações entre R\$ 15 e R\$ 35 mil efetuadas na região do Semi-Árido com recursos do FNE (Lei 11.322/06)

- Revisão do saldo devedor nas condições de normalidade, aplicando os juros dos fundos a partir da data de renegociação (taxas mixadas – FNE e outras fontes)

- Recálculo dos encargos pós-fixados em operações contratadas até 14/01/2001, desde que solicitada pelo mutuário - Suspensão de execuções judiciais de operações inadimplentes

Dívida Definição

Operações incluídas na Dívida Ativa da União

- Descontos de 40% a 75% inversamente proporcionais aos valores das dívidas para liquidação das dívidas em 2008 mais descontos fixos para saldos acima de R\$ 10 mil.

- No caso da renegociação, haverá prazo de 5 anos para pagamento com bônus de adimplência de 35% a 70%, também inversamente proporcionais sobre parcelas pagas em dia mais descontos fixos (em Reais).

- No caso do Nordeste (região da SUDENE), haverá acréscimo de 5% nos bônus em relação às demais regiões.

Planalto prorroga o pagamento de dívidas de produtores rurais – Luciana Otoni –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 25/04/2008

A demora na regulamentação do acordo de renegociação de R\$ 66 bilhões em dívidas de produtores rurais levou o governo a prorrogar o prazo de pagamento de prestações de dívidas de custeio e investimento com vencimento entre este mês e setembro.

O adiamento foi aprovado pelo CMN para evitar que agricultores e pecuaristas com prestações vencidas nas últimas semanas ou a vencer nas próximas sejam prejudicados.

As prestações de dívidas de investimento foram postergadas para 1º de outubro, e as de dívida de custeio das safras 2003/4, 2004/5 e 2005/6 foram adiadas para 1º de julho. Também foram prorrogados os vencimentos de prestações de produtores com propriedades em municípios atingidos por seca ou enchente, que estejam em situação de calamidade pública. O estoque dessas dívidas é de cerca de R\$ 15 bilhões.

"Essas são medidas para serem ajustadas à negociação que vem sendo feita pelos ministérios da Fazenda e da Agricultura. Os resultados devem ser anunciados nos próximos dias", disse o ministro Paulo Bernardo (Planejamento), que integra o CMN.

Nos últimos dias, produtores com prestações vencidas começaram a ser pressionados pelos bancos a quitar os débitos. Como as medidas da renegociação estão na iminência de serem editadas, os ruralistas pediam providências enquanto o acordo não é oficializado.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

oppa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio



actionaid



nead

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

